

ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Gostaria de chamar atenção de todos os parlamentares, dos líderes das bancadas, para que estejam neste plenário às 16h, para que possamos ter quórum qualificado para a deliberação dos vetos.

Passaremos ao horário de Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Angela Albino, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ocupo a tribuna hoje para retomar o tema - e lamento que o deputado Renato Hinnig não esteja no plenário neste momento - sobre o IPTU de Florianópolis, desse aumento abusivo, que felizmente a Justiça cassou. E falarei não apenas sobre o aumento, mas também sobre a forma arbitrária como ele aconteceu. E, na discussão que alongamos em torno do assunto, é obvio que entraram componentes jurídicos também. Vejam, senhores, a pouca

responsabilidade com que a prefeitura de Florianópolis tratou do assunto, deputado Sargento Amauri Soares, pois nós estávamos num grupo de juristas desta área tributária e nos demos conta de um detalhe muito interessante.

Esse detalhe é que no direito brasileiro não vige o princípio da repristinação. Repristinação é quando uma lei revogadora tem os seus efeitos suspensos, isso não acontece, isso não redundo, necessariamente, se ela sobreviver à norma revogada.

Ou seja, havia uma normativa sobre o IPTU de 2014 em Florianópolis. Uma norma que foi, a propósito, revogada pelo prefeito. A hora em que o Supremo Tribunal Federal revoga, suspende os efeitos da norma revogadora, a norma revogada não existe no mundo jurídico.

Ou seja, este ano - é claro que todos nós de Florianópolis temos responsabilidade com o nosso município -, juridicamente falando, não temos norma legal que discipline o IPTU em Florianópolis.

Isso acontece porque o direito brasileiro, atento a esta situação, diz que normas tributárias têm que ser feitas no ano anterior. O princípio da anterioridade é, inclusive, para dar tempo de fazer as adequações necessárias. Porque se tempo o prefeito tivesse dado à cidade, o que aconteceria agora? E estou falando do ano anterior. Editaria-se uma nova lei regulamentando o ano cuja norma revogadora teve os seus efeitos suspensos.

Ou seja, nós não temos norma jurídica vigente, válida, para cobrar o IPTU de Florianópolis, porque a lei que revogou o IPTU de 2014 teve os seus efeitos suspensos, e como não vige no Brasil o princípio da repristinação, a norma revogada não passa a valer.

Vejam, senhores, o grau do problema, caso não tivéssemos uma cidade que as forças políticas fossem responsáveis, poderíamos adentrar agora, pois não tem norma jurídica. Mas, curiosamente, até porque debatemos o tema de Florianópolis sobre o IPTU e outros temas na mesma matéria que foram dando ensejo na Grande Florianópolis.

Antes, gostaria de cumprimentar o ex-vice-prefeito de Palhoça, José Deodoro Martin, o De, que está aqui conosco. Mas em Palhoça houve aumento de IPTU, em São José, em Santo Amaro da Imperatriz, inclusive por decreto, e em Governador Celso Ramos, todos na faixa de 100% ou quase, como foi o caso daqui.

Curiosamente todos os municípios governados pelo PSD, partido oriundo do DEM, PFL, do PDS, da Arena, conforme estamos fazendo o histórico, mas várias vezes veio à tribuna para dizer que o governo onera os cofres, XÔ, CPMF e impostômetro. Eu já vi gente do PSD fazendo passeata e em casa deve lavar a mão com álcool, porque nunca ninguém tinha visto no meio, nunca ninguém tinha visto uma passeata.

E no Executivo assina-se aumento do IPTU: Florianópolis, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, ou seja, o cinturão da Grande Florianópolis, todos eles do mesmo partido, do PSD, partido do governador. Não é possível! E aí só cabem duas conclusões políticas ou o governador não tem o comando daqueles que estão ao seu lado nos municípios, ao lado da capital dos catarinenses, inclusive na capital dos catarinenses, ou não tem noção do estrago que vai fazer à hora que concorrer à eleição e dizer, como disse em 2010, sou contra o aumento de imposto.

Esta Casa tem uma participação importante na discussão de pequenas e microempresas como teve a tal da Difa que o governo aumentou o tributo e dizia que não era bem assim, não está aumentando, mas no final teve que revogar inclusive porque aumentou, sim, onerou, sim, a pequena microempresa em Santa Catarina.

Portanto, vamos pautar este debate sob a perspectiva técnica, sob a perspectiva de que é preciso, sim, corrigir algumas inadequações, mas a forma como tem acontecido na Grande Florianópolis, creio eu, que tem influência direta do governador que é de aumentar imposto, aumentar o IPTU, como aconteceu em alguns municípios, inclusive em Florianópolis em taxa absurdamente aleatórias.

Por isso, tenho a convicção de que precisamos trazer esse tema para a Assembleia até para dizer que é uma enorme coincidência que está em curso, ou, então, de fato, é uma disposição do partido do governador e de seus aliados na Grande Florianópolis de sobretaxar que significa entre o povo de Santa Catarina e, em particular, o da Grande Florianópolis.

Eu não tenho dúvida de que isso vai ter reflexo nas eleições que vivenciaremos.

Gostaria de aproveitar este momento, cumprimentando o João, o pessoal do Sintaema, que está aguardando ao que tudo indica, finalmente, a instalação da CPI das águas, situação que assola o município de Palhoça, para dizer da necessidade que temos dessa ferramenta. O prefeito de Palhoça diz explicitamente que o dinheiro arrecadado para a distribuição de água e o saneamento no município vai para o caixa geral e vai para a folha de pagamento dos servidores, e em Capivari de Baixo também. E aí nunca vamos melhorar os índices de saneamento.

Era isso o que falávamos quando da tribuna pedíamos que esta Casa autorizasse a CPI no seu objetivo original que era investigarmos amplamente o processo de privatização de água e saneamento de Santa Catarina. Virou o hidronegócio, um grande negócio em Santa Catarina. O deputado Kennedy Nunes recentemente assomou a tribuna e mostrou inclusive que se trata de um negócio e que em Joinville conta inclusive com a participação do próprio prefeito. É um negócio que tem despertado a cobiça.

Temos defendido - e esse foi o projeto de lei que conseguimos aprovar na câmara de vereadores na época em que fui vereadora - que o espírito que precisa nortear a água e o saneamento é o espírito público. Não podemos submeter água e saneamento à lógica do lucro porque as regiões empobrecidas estão desprovidas já, hoje, desse saneamento. Fazemos críticas a Casan, e o próprio sindicato muitas delas tem pautado, como por exemplo: uma entidade do tamanho que possui, tem maior número de diretores do que a empresa irmã em São Paulo.

Portanto, é óbvio que existem problemas na Casan, e a grande maioria de gestão. Pela forma que se permitiu o processo de municipalização e privatização de água e saneamento em Santa Catarina, a Casan foi perdendo o seu filão, porque obviamente o setor privado nunca quis carne de pescoço, nunca foram aos municípios pequenos, aos municípios com peculiaridades geográficas dizer que ali fariam água e saneamento. Sempre foram atrás dos superavitários. E aí os municípios deficitários ficaram todos para a Casan, o que obviamente diminui a sua capacidade de investimento, e o estado vai, se mantida essa situação, num futuro que vislumbramos, enfrentar em outros momentos as interrupções de fornecimento de água, como ocorreu nesse último verão.

Tenho convicção de que perdemos uma grande oportunidade limitando o objeto da CPI das águas à Palhoça. Todos já conhecem a inominável situação de Palhoça. Já houve prisões em torno disso. Mas vamos pegar Palhoça, e a partir daí mostraremos que há problemas na privatização de água e saneamento em Santa Catarina. Há problemas quando interrompem o contrato com a Casan, pois no dia seguinte faz-se um contrato sem licitação. E assim as coisas permanecem. Uma empresa que atua assim em outro lugar atua da mesma forma no estado inteiro. É uma pena que possamos formalmente apenas investigar a questão em Palhoça. Espero que hoje finalmente possamos instalar a CPI das Águas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença neste plenário do presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Papel e Plástico de Campos Novos, Jocil Pereira, do vereador do PMDB e presidente do Sitraipel de Fraiburgo, Gabriel Fantin e do Marcelino Ferreira, também da direção do Sitraipel de Fraiburgo.

Estão aqui presentes acompanhando esta sessão. Essas entidades têm feito um trabalho importante na área da saúde e do trabalhador. Nós que temos presidido a Frente Parlamentar da Saúde dos Trabalhadores tem levantado debate no estado inteiro, inclusive, agora em abril, em Joinville, a Fetiesc e outras entidades como O Vida estarão promovendo mais um evento importante sobre a saúde do trabalhador. Queria saudar a presença dessas lideranças importantes que estão, neste momento, acompanhando esta sessão, ao tempo que cumprimento também outras lideranças que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Gostaria de registrar a presença dos vereadores Daniel Silvano Weber, Jeferson Rubens Garcia, Thomaz William e Ernesto Policarpo de Aquino do município de Itapoá. Um dos municípios catarinenses que mais cresce. Também quero registrar a presença do presidente da Câmara de Jaguará do Sul, vereador Eugênio Garcia e o presidente do Samae, Ademir Izidoro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência também registra a presença do vereador do município de Serra Alta, Adriano Rigo. E a todas as lideranças desejamos boas-vindas a esta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e quem nos acompanha na tarde de hoje pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e aqui presentes, eu quero esclarecer e reiterar de forma mais clara o que já falei ontem. Que não serei candidato a deputado na eleição de 2014 por questões políticas e pessoais. Falei também que na Aprasc após o meu declínio

está sendo discutido nas bases o nome de um substituto. A Aprasc na sua diretoria sugere o nome do soldado Elisandro Lotin de Souza. Esse é um debate que está sendo feito.

Estamos pleiteando junto ao Partido Socialismo Liberdade, o PSOL, a candidatura ao governo do estado de Santa Catarina. O PSOL também tem outro pré-candidato, o ex-deputado, o ex-vice-prefeito da capital e atualmente vereador, nesta cidade, o companheiro Afrânio Bopré. O PSOL também tem o convite para uma candidatura ao Senado. Eu estou repetindo isso para fazer uma pequena reflexão, porque me espanta, deputada Luciane Carminatti, o fato de as pessoas se espantarem com alguém dizendo que não quer ser candidato à reeleição.

Acho que isso não é uma profissão e sim um exercício de um mandato temporário, no caso, de quatro anos, para que haja a representação de alguns setores ou dos diversos setores da sociedade. Vejo perfeitamente e natural que haja a renovação de quadros, a substituição de lideranças. Ninguém na luta popular pode ser considerado e muito menos se considerar insubstituível.

A luta do povo continuará nos próximos anos e nas próximas décadas. A nossa categoria assim como as outras, como o conjunto da classe trabalhadora ou das classes trabalhadoras, das bases da sociedade, precisará sempre fortalecer a sua participação nas instâncias de decisão da sociedade. Sem ilusões de que pela via do Parlamento e da instituição do estado atual seja ela qual for se vá efetivamente fazer as transformações necessárias para o futuro da sociedade catarinense, brasileira e inclusive mundial. Sem nenhuma ilusão, mas a importância do mandato parlamentar como mais uma ferramenta, e tão somente isso, um instrumento a serviço das lutas populares e das bases da sociedade.

É justamente por isso e razões políticas pelas quais me coloco à disposição para ser candidato a governador inclusive, se assim for o entendimento das bases, para contribuir. E que possamos

reorganizar uma efetiva alternativa de esquerda à sociedade catarinense do nosso ponto de vista. Está faltando tanto em nível nacional quanto em regional, estadual e municipal o velho debate nos processos eleitorais e a necessidade das mudanças estruturais que a nossa sociedade precisa.

Mas como militante a serviço dessa luta, se os companheiros assim entenderem, estarei feliz, se for apenas mais um militante desse processo, sem a necessidade de concorrer a qualquer cargo eletivo. E estarei por certo convicto disso, por todos os outros dias da minha vida comprometido com esse objetivo, trabalho e tarefa grandiosa de defender sempre a possibilidade da humanidade se emancipar do jugo dos monopólios, do imperialismo, do latifúndio, do capitalismo no seu conjunto e apresentar uma alternativa global de sociedade que possa garantir vida longa à civilização e à humanidade, porque entendemos também que o capitalismo é o coveiro da possibilidade de felicidade e de continuidade da própria espécie humana na face da Terra.

E daqui para o ano que vem vamos debater, teremos a oportunidade neste processo de retirada de despedida, de recomposição e readequamento na luta da classe trabalhadora, da qual a minha categoria, os praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, faz parte.

E com essa compreensão de fazermos parte integrante da classe trabalhadora brasileira, da imensa classe, queria também falar e já sinto que tenho demorado a abordar a situação da Venezuela, onde tem ocorrido fatos lamentáveis nas últimas semanas.

É preciso esclarecer ou então tirar a nuvem da coisarada e bobajada que dizem especialmente nos meios de comunicação, e o termo anterior é incorreto, na verdade o discurso comprometido da maior parte dos grandes meios de comunicação com a direita golpista na Venezuela, uma direita reacionária, violenta, que já deu golpe, porque em 2002 executaram o golpe e perderam 48 horas depois.

Faz 15 anos que a direita venezuelana perde uma eleição por ano. E, agora, está muito irritada porque não aguenta mais perder eleição e tem partido para a ignorância. São francos atiradores que nas manifestações populares da oposição e dos governistas atiram para os dois lados, simplesmente para fazer aumentar o ódio entre as partes e criar esse clima, essa sensação de pânico. São lamentáveis as 14, 16 mortes na Venezuela, neste ano, nas últimas semanas.

É preciso dizer, e qualquer inteligência mediana deste país pode compreender, que aquela direita não tem moral, é golpista, não tem apoio popular, perde sucessivas eleições para o povo da Venezuela, pois se o governo desse país não fosse apoiado pelas massas populares já teria sido golpeado no máximo em 2002, ou teria perdido as sucessivas eleições, pois, como falei, praticamente todo ano tem eleição na Venezuela, e a direita sempre perde. Aliás, desde 98, porque antes a direita sempre ganhava.

Então, é preciso dizer isso e entender o conceito de liberdade na boca dos poderosos desta sociedade. E aprendi isso com o norte-americano Noam Chomsky que disse para ficarmos todos muito atentos, porque quando a Casa Branca, a Wall Street e o Pentágono falam em liberdade, estão falando em liberdade de comércio, pois dos monopólios dos Estados Unidos nos explorarem em qualquer parte do mundo.

Os que defendem a liberdade para a Venezuela estão defendendo que o governo abra todas as portas para que a Venezuela continue sendo apenas um espaço de realização da mais valia explorada do povo venezuelano, por parte dos monopólios internacionais, a maioria dos quais sediados nos próprios Estados Unidos.

A liberdade que eles falam é a liberdade deles nos explorarem. E é preciso que nós, brasileiros, a população trabalhadora brasileira, não nos confundamos com esses termos. Fico bastante admirado, irritado, indignado com certos filósofos da democracia no Brasil, que defendem e continuam defendendo o golpismo na Venezuela e em outros

países da América Latina, de uma direita rancorosa, antipovo, que já governou por muito tempo na Venezuela e por aí afora, que só excluiu, só massacrrou, só explorou a própria sociedade.

É preciso que falem pelo menos um pouco da verdade a respeito do que acontece na Venezuela. Não é possível que pessoas inteligentes não possam perceber. E quem tiver dúvida pode ir visitar e ver o processo da Venezuela é um processo profundamente democrático, de profunda participação popular, como há décadas, talvez séculos, não ocorre neste país e não ocorre em nosso continente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Registramos a presença do presidente e do vice-presidente da Câmara de Vereadores do município de Ponte Alta. Desejamos-lhes boas-vindas.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, participamos de um evento no planalto norte juntamente com mais de 1.300 agricultores, em uma grande jornada que foi patrocinada pela CooperAlfa, uma cooperativa das mais importantes de Santa Catarina, estando presente o seu presidente e todo o conselho dessa empresa. Também participaram prefeitos, vereadores e demais representantes da região dessa grande reunião da agroindústria do planalto norte, para adquirir conhecimento em agricultura, para que os agricultores possam produzir mais.

Na verdade neste ano devemos ter a maior safra da história do planalto norte, com grande produção de fumo, soja, milho, fazendo com que o planalto norte se torne um novo celeiro de Santa Catarina.

Quero dizer a vocês que nós do planalto norte ainda temos fronteiras agrícolas para serem conquistadas. Por quê? Porque temos proporcionalmente ainda grandes áreas de terras

para serem desbravadas, terras para o plantio e cultivo de nossos alimentos.

Com certeza essa reunião onde representei a Assembleia Legislativa, o secretário Ricardo Pereira Martins, o governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira marcaram presença com todos os agricultores. E vimos o entusiasmo, a competência, a preocupação para que cada vez mais possamos produzir grãos na nossa região.

Temos a certeza de que essa grande reunião realizada por essa importante cooperativa traz dividendos para todos os catarinenses, porque os alimentos lá produzidos vão contribuir para a alimentação da nossa comunidade.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Antônio Aguiar, quero cumprimentar v.exa. por trazer ao conhecimento dos catarinenses esse importante tema que foi tratado no planalto norte, essa iniciativa da CooperAlfa - Cooperativa Agroindustrial Alfa. Quero dizer que compartilho com a opinião de v.exa. no sentido de que o planalto norte é uma região de Santa Catarina, que ainda tem muito a contribuir com o nosso estado, é um celeiro de produção agrícola que pode ser mais bem explorada. Então, investimentos são necessários naquela região para desenvolver o agronegócio que é a vocação dessa região muito produtiva e que precisa de um olhar diferenciado por parte do governo. E a iniciativa privada está percebendo que nessa região existem muitas oportunidades.

Também quero contribuir com v.exa. no sentido de dizer que deveríamos em conjunto, quem sabe, construir uma política de incentivos para aquela região de forma diferenciada, já que temos que ter em Santa Catarina um olhar regional para algumas regiões, e a região do planalto norte realmente precisa ser olhada de forma diferenciada por parte do governo, porque ao longo dos anos é uma região que ainda está carente de um desenvolvimento mais

acelerado, se compararmos com outras regiões do nosso estado. E o planalto norte não pode ficar para trás, tem que entrar nessa locomotiva e ser acelerado um pouco mais o desenvolvimento daquela região, notadamente no aspecto do agronegócio e da sua própria economia.

Houve tempos em que no planalto norte predominava a exploração da madeira; então, é preciso encontrar um novo fluxo e um novo foco para essa região, para que se consiga contribuir com o seu desenvolvimento.

Ainda tem mais, deputado Antônio Aguiar. Quero ainda complementar que lá em Porto União, como v.exa. sabe, existe aquela diferença tributária entre União da Vitória e Porto União, que precisa ser resolvida.

Acho que precisamos somar esforços para que o governo do estado resolva definitivamente essa questão que traz uma diferenciação, uma discriminação odiosa com relação ao tratamento tributário com os contribuintes de Santa Catarina e Paraná.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - É verdade, deputado Renato Hinnig, nós tivemos em Porto União uma grande reunião da SDR, onde entregamos duas viaturas para UPA (Unidade de Pronto Atendimento). Inclusive, segunda-feira, estive lá com o governador, como o relator da lei que federaliza Canoinhas a Porto União, a reabilitação da BR-280. Estava presente também a ministra Ideli Salvatti, fazendo a entrega oficial do governo federal para a reabilitação da BR-280, trecho Canoinhas/Porto União.

Mas hoje ainda quero me reportar a uma entidade muito importante do nosso estado, que é a Apae. Nós, como deputado estadual, no nosso quarto mandato, sempre nos preocupamos com a entidade mesmo antes de pertencer ao Fundo Social e atuamos em todos os municípios a seu favor.

Esta semana entregamos uma Kombi na Apae de Campo Alegre, um veículo em São Bento do Sul e outro em Três Barras, o que permitirá que essas unidades tenham condições de transportar os nossos alunos. Pela condição de vida que esses alunos

têm, pela sua deficiência, pela sorte imposta a eles, têm que ter, sim, cuidados especiais, porque são pessoas diferentes e têm que ser tratadas de forma diferente.

Sempre tratamos as Apaes de maneira diferente. Contribuímos com R\$ 200 mil, no município de Bela Vista do Toldo, para a construção da Apae. E o elevador da Apae de Porto União também foi comprado, através de convênio com este deputado. Todas essas verbas são do ano anterior. E acho importante citar que o governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira está também preocupado com nossos deficientes.

No planalto norte temos essa importante característica de ajudar todos os municípios que fazem parte dessa grande família que é a Apae. E por que essa identificação com a Apae do nosso estado? Porque nós, como médico ortopedista, somos vizinhos da Apae de Canoinhas, basta atravessar a rua do meu consultório. E durante 20 anos prestamos serviços gratuitamente na Apae daquele município.

Quero dizer a v.exas. que esse trabalho fez com que tivéssemos uma visão diferente das Apaes e por isso contribuímos com as Apaes, com o Fundo Social das Apaes, como os quarenta deputados também fizeram, pois votaram pela aprovação do Fundo Social das Apaes. Portanto, esta Casa tem um grande peso na melhoria da vida dessas pessoas que hoje no estado de Santa Catarina são tratadas com cuidado, com dignidade, são vistas de maneira diferente.

Não podíamos deixar de nos manifestar hoje nessa importante sessão a respeito das Apaes de Santa Catarina, especialmente do planalto norte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc

Digital, minha manifestação hoje será sobre a grande mobilização que aconteceu ontem em Chapecó, contra a violência, a insegurança pública instalada em nossa cidade.

A comunidade de Chapecó parou o centro da cidade na manhã de ontem. Participaram do ato mais ou menos 2,5 mil pessoas, na principal avenida, para reivindicar por mais segurança. O evento foi organizado pela Acic, CDL, Sicom, com o apoio de 50 entidades, envolvendo inclusive todas as nossas universidades.

Outras entidades também reforçaram pedidos, ao governo do estado, de ações táticas emergenciais, estruturais, de combate ao crime.

Eu quero fazer a demonstração, através de vídeo, de algumas imagens e depoimentos que foram coletados na mobilização de ontem.

A população de Chapecó está reivindicando medidas estruturantes na segurança pública, não mais campanhas publicitárias, como é o caso da Tolerância Zero, da Segurança Máxima, que foram muito veiculadas em alguns anos anteriores, inclusive com um grande outdoor, na entrada da cidade, que dizia que em Chapecó bandido não se cria.

Este era o termo do outdoor na entrada do município de Chapecó, com o apoio da Prefeitura, naquela ocasião. Chapecó - Bandido não se cria.

Vamos à apresentação do vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Essas fotos podem continuar sendo demonstradas, também os depoimentos. Inclusive, nós teríamos aqui depoimentos de famílias inteiras que estão hoje bastante abaladas com a perda de seus familiares. Mas esse movimento mostra que não aceitamos mais essa condição a que a região oeste, a nossa cidade de Chapecó, está submetida.

A população, como falei, não quer mais campanha publicitária, quer medidas efetivas de combate à violência, ao roubo e às mortes que acontecem na nossa região.

O último empresário que se manifestou aqui, que é o presidente da Associação Comercial e Industrial, inclusive fez o pedido, entre os

vários pontos, de uma guarnição especial na região da Efapi.

Esse projeto nós protocolamos na semana passada, que cria três novas guarnições, Xanxerê, Abelardo Luz e Chapecó, porque é importante a guarnição. Eu sei que o deputado Sargento Amauri Soares, inclusive, tem esta preocupação, para que nós não fiquemos na estrutura burocrática administrativa. Nós estamos reivindicando as guarnições, em primeiro lugar, para diminuir o tamanho do território.

A região oeste de Santa Catarina é a única região, deputado Amauri Soares, que tem 41 municípios e um batalhão. Mas nós estamos deixando muito claro, inclusive no projeto de lei consta pelo menos um pelotão de 100 policiais na rua, efetivos, com condições de trabalho, com motivação e com uma carreira, que tanto se tem lutado nesta Casa. Então, eu quero fazer esta menção.

Na avaliação dos chapecoenses, esta é uma das maneiras de garantir, na prática, o trabalho ofensivo nas ruas de Chapecó, especialmente no bairro Efapi, que é onde hoje está concentrado o maior número de homicídios de 2014, no total de 16 homicídios. Neste ano, cinco aconteceram somente no bairro Efapi.

Os números repassados pela própria Polícia mostram que, em 2011, a Polícia Militar, deputado Sargento Amauri Soares, tinha, em Chapecó, 292 PMS para um população de 183 mil habitantes.

Agora, em 2014, nós temos mais de 200 mil habitantes, mas perdemos 12 policiais, então é desproporcional. Aumenta a população e diminuem os policiais.

Enquanto isso se registra em Chapecó todos os meses, passem, 25 mil ocorrências e 50% delas ficam sem atendimento por falta de efetivo ou de estrutura.

Nos casos de crimes mais graves como assaltos, a secretaria de Segurança Pública contabilizou 466 assaltos no ano passado por dia. Não estou falando de furto, estou falando de assalto o que é extremamente grave.

Os assassinatos que são homicídios e também latrocínio assustam. Foram 42 em 2011 e 44 em 2012. Neste caso tivemos vários empresários chapecoenses questionando o crescimento na criminalidade, a redução da estrutura do aparelho policial, criando, portanto, um quadro dramático em Chapecó.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI- Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Serei muito breve, deputada Luciane Carminatti, agradecendo o aparte e parabenizar v.exa. pelo pronunciamento, mas v.exa. citou um dado que me fez lembrar um debate neste plenário há três anos quando v.exa. citou 2011 o número de policiais naquela época e que hoje teria 12 a menos.

Lembro que houve deputados de outras regiões que vieram a este microfone e a estes microfones exigir que o governo do estado tomasse providência para que a sua região também fosse atendida, já que a notícia oficial de parte do governo de que iriam mais policiais para Chapecó, como a senhora mesma trouxe os dados, mas a realidade não confirmou a promessa e nem a notícia que se divulgou naquele período.

É lamentável, só contratando mais efetivos em torno de mil por ano e ao longo de dez anos se pode começar a amenizar esta dramática situação na sociedade catarinense em geral, chapecoense ou oestina e particular.

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Obrigado, deputado.

A comunidade chapecoense pede, além de mais efetivo, como bem falou o deputado Sargento Amauri Soares, também a ampliação de vagas para internação dos adolescentes. Hoje o Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório - Casep - recebe os adolescentes, mas ficam por 45 dias esperando pela decisão judicial, pois há somente dez vagas. Já o Centro de Atendimento Socioeducativo os adolescente ficam internados por

até três anos, existem 20 vagas. Os dois espaços atendem toda a região, não somente Chapecó.

Então, a secretaria de Segurança Pública está assegurando a construção do novo Case e Casep com 60 vagas. Hoje 30 asseguram 60, mas a demanda requer 200 vagas.

Outra reivindicação inclusive é uma proposta dos nossos vereadores do PT que é a instalação de uma delegacia especializada em homicídios. Hoje a cidade conta com um setor específico para investigar homicídios, mas não tem sede própria e nem efetivo suficiente.

Então, em curto prazo, Chapecó precisa de mais policiais militares nas ruas, mais policiais civis na investigação, melhor estrutura de trabalho, delegacias especializadas em homicídios, criação da guarnição especial da Polícia Militar na InFAP, mais vagas para o Case e Casep e também estruturar uma política de segurança pública que articule saúde, educação e assistência social.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e público que acompanha esta sessão.

Deputado Renato Hinnig, v.exa. falou sobre o dia de tecnologia da CooperAlfa em Bela Vista do Toldo, no Planalto Norte, no dia de ontem. Quero pegar uma carona no seu pronunciamento e dizer que no início deste mês tivemos o primeiro dia de tecnologia da Cooperativa Itaipú em Pinhalzinho. Logo, em seguida, houve em Chapecó o dia de tecnologia da CooperAlfa, depois em Concórdia o da Copérdia, em Videira o da Coopervil. Ontem a vez da Copercampos e também da CooperAlfa em Bela Vista do Toldo.

Vou continuar com esse assunto pela importância do cooperativismo no estado e porque os chamados Dias de Campo são fundamentais na

questão da avaliação dos produtores, pois esses podem conhecer novas tecnologias, deputada Luciane Carminatti, v.exa. que representou esta Casa em Chapecó.

Assim os produtores podem conhecer novas tecnologias em sementes. Há 15, 20 anos atrás se falava muito com relação à produtividade do milho em 50, 60 sacos por hectare, e hoje se fala em mais de 200. Na questão da genética animal, há muitos anos, o suíno precisava de nove meses para pesar 100 quilos, e hoje produz-se 100 quilos de carne com quatro meses. Na produção de leite, antes uma vaca produzia oito, doze litros de leite por dia, hoje são mais de 40 litros por dia. Tudo isso está demonstrado nos Dias de Campo das cooperativas. Sem falar da troca de experiência que acontece sobre os implementos que cada um faz para melhorar a sua produtividade.

Então, quero deixar registrado aqui que esta é a melhor forma de continuarmos desenvolvendo o estado de Santa Catarina, que tem pouco mais de 1% do território brasileiro e coloca-se como o quinto produtor de alimentos do país. É claro que a tecnologia é fundamental, bem como toda a estrutura do agronegócio, das indústrias, das cooperativas, mas precisamos reconhecer acima de tudo o trabalho do produtor catarinense.

Eu tenho dito em meus pronunciamentos, deputado Antônio Aguiar, que existem indústrias que dizem que os estados do Paraná, Mato Grosso, Goiás, o centro-oeste, são mais confortáveis para a produção de carnes na questão da suinocultura, da avicultura, são mais competitivos. Acho que é verdade, pois a produção daquilo que é mais importante para a sobrevivência desses animais, o milho e a soja, tem o preço diferenciado.

Quando o seu Atílio Fontana escolheu Santa Catarina para instalar a Sadia; o sr. Aury Bodanese, a Aurora; o sr. Saul Brandalise, a Perdigão; o sr. Pagnoncelli, o Frigorífico Pagnoncelli, em Joaçaba; o seu Plínio Denez, o Frigorífico Chapecó, em Chapecó; eles não escolheram a melhor topografia. Eles escolheram

onde havia os melhores agricultores. Não tenho nenhuma dúvida de afirmar isso.

Temos um agricultor que não tem sábado, que não tem domingo, não tem feriado, não tem férias. Esse produtor joga com o clima e também conta com a sorte nos preços, mas nem por isso o nosso produtor de cebola deixou de produzir dois mil ou três mil quilos, há 10 anos, de cebola por hectare e hoje produz seis mil ou sete mil quilos. Aplicou a tecnologia com o sacrifício do seu trabalho, e hoje consagro a atividade dentro do nosso estado.

Então, não me preocupo quando dizem que vão embora, porque vão encontrar melhores condições para trabalhar. Preocupo-me, sim, pois não temos a infraestrutura, não temos a logística que precisaríamos ter. Se quisermos manter essa atividade no estado, precisaremos brigar por ferrovias, por melhores rodovias e para que a carga tributária que está sobre a cesta básica dos alimentos, pois está além daquilo que o consumidor e o produtor podem pagar, diminua. Eu quero deixar aqui registrado o meu reconhecimento a essa atividade.

Quando se divulgou os dados sobre emprego no país, Santa Catarina aparece como o estado que mais ofereceu emprego agora no último mês. O primeiro lugar desses empregos oferecidos em Santa Catarina está o agronegócio, vindo do trabalho da agricultura. É um setor que tem importância, sim; é um setor que precisa ser visto; é um setor que precisamos ajudar para que continue crescendo e ajude a dar dignidade às famílias.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de cumprimentá-lo pelo tema trazido a esta Casa. O tema agricultura é, sem dúvida nenhuma, o tema do momento, porque vemos o produtor que trabalha, que dá o sangue pela sua família e pelos seus trabalhos e também vemos as maiores colheitas do estado. A produção da agricultura no planalto norte é o maior ano de produtividade que já se teve na área do milho, soja e fumo.

Parabéns a v.exa. por valorizar cada vez mais o nosso agricultor.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - V.Exa. fez importantes colocações.

Quero dizer que como Santa Catarina é um estado dependente de milho e soja de outros estados, o planalto norte se for dado um tratamento diferenciado poderá aumentar a produção de cereais e, assim, sermos menos dependentes daquilo que somos dos outros estados.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAOCIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Muito obrigado pelo aparte, deputado Moacir Sopelsa. Gostaria de salientar o tema que v.exa. usa no horário do nosso partido, PMDB, até pelo seu conhecimento, pela história de vida na agricultura e como secretário das políticas rurais de nosso estado, no governo Luiz Henrique da Silveira. Também enalteço a figura do nosso agricultor, sempre lembrando que o nosso estado tem um pequeno percentual, pouco mais de 1% da área brasileira, mas é o estado que tem mais propriedades rurais caracterizadas pela agricultura familiar.

Este ano está em substituição a sua liderança, pois terei a oportunidade de ser presidente da comissão de Agricultura e Política Rural. V.Exa. colocou aqui a minha região, a minha cidade que é eminentemente industrial e um dos grandes polos industriais do estado de Santa Catarina, mas também a nossa região é proeminente na cultura da banana, sendo um dos maiores produtores. Temos grandes indústrias de arroz sediadas na nossa região, dentre centenas e milhares de produtores.

Então, o estado de Santa Catarina tem esse diferencial na nossa agricultura, que é estar espalhada em todo seu estado com potencialidades enormes. É muito oportuno o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO MAOCIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini, v.exa. que foi o nosso líder até poucos dias e que assume agora a Presidência da comissão de Agricultura e Política Rural. Tenho absoluta certeza de que fará um

grande trabalho, porque mesmo não sendo um profícuo conhecedor da atividade, sei da sua vontade e desejo de fazer um bom trabalho.

O oeste de Santa Catarina e muitas vezes nos pronunciamentos dos deputados dessa região afirmamos a suinocultura, a avicultura, mas o estado catarinense é também o maior produtor de cebola, está entre os maiores produtores de alho e é o maior produtor de banana. E sei da importância que tem essa atividade na sua região. O estado de Santa Catarina explorou e é hoje o maior produtor de moluscos, de ostras, de marisco, de camarão, que são atividades que vêm da agricultura, e não importa se é do litoral, do norte ou do sul.

Por isso, finalizo dizendo que se pergunta às vezes de onde vem o leite para uma criança, muitas vezes ela responde que vem do supermercado, mas não é verdade, ele vem do trabalho do nosso agricultor lá na propriedade agrícola.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Com a desistência de representantes do PSD, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, deputada Angela Albino, sem prejuízo do tempo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, com a devida permissão do mais velho integrante da CPI, deputado Reno Caramori, chamo os parlamentares que integram a CPI das Águas para que possamos fazer a instalação agora, aqui, na sala de imprensa, durante a fala da deputada Luciane Carminatti.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado, eu vou fazer a instalação de acordo com o nosso Regimento. Mas eu tenho o horário do PP, o meu pronunciamento.

Então, espero que aumentem o volume porque estarei na sala imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Sem prejuízo, deputado Reno Caramori. Estaremos atentos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero comemorar no dia de hoje junto com o Partido dos Trabalhadores pelas grandes e significativas notícias com relação à Educação, especialmente da rede federal de ensino.

Nesta semana tivemos a oportunidade de anunciar duas grandes notícias para o oeste catarinense. Uma delas é a instalação do Instituto Federal no município de São Lourenço do Oeste. E a outra é que estamos mais próximos ainda da implantação do primeiro curso de Medicina, da Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó.

Na luta pela conquista do Instituto Federal o município de São Lourenço do Oeste e toda região podem comemorar, pois devemos ter a primeira turma de alunos para a metade deste ano.

Tivemos a informação, nesta semana, em reunião com a reitora Maria Clara, com o deputado Federal Pedro Uczai e toda a nossa bancada de deputados estaduais do oeste, junto com o prefeito do município de São Lourenço do Oeste, demais lideranças, lideranças empresariais que nos próximos dias serão iniciadas obras de limpeza, pintura do prédio cedido pela prefeitura ao Instituto Federal de Santa Catarina, Escola Básica localizada no distrito de Frederico Hardt, cerca de sete quilômetros do centro da cidade, que a

comunidade de São Lourenço do Oeste será ouvida sobre as necessidades para planejar os novos cursos. No ano que passou foram feitas pesquisas com as entidades empresariais, sindicais, para levantamento dos cursos.

Agora, portanto, será feita a seleção propriamente dita, e o primeiro curso que será confirmado é na área da informática e cursos voltados no setor agrícola.

Como o Instituto Federal em São Lourenço do Oeste e toda região ganha? Teremos profissionais qualificados, em todas as empresas, com novas ideias, negócios surgindo, mais renda, mais emprego, mais qualidade de vida, especialmente para as famílias que não têm condições de pagar a universidade ou um curso técnico para seus filhos.

Também quero transmitir outra assentada de Abelardo Luz.

Nós teremos o primeiro campus avançado do Instituto Federal de Santa Catarina dentro de um assentamento, que será um marco histórico para o município de Abelardo Luz e para as mais de 1.500 famílias assentadas, pois garantem que os filhos estudem e permaneçam ali garantindo a continuidade do assentamento. É o primeiro instituto num assentamento rural deste país.

Hoje o instituto funciona como um projeto de extensão do Instituto Federal do município de Concórdia, com dois cursos técnicos e uma pós-graduação em Agropecuária. O sonho das famílias de terem uma estrutura própria e fortalecida está próximo de ser realizado.

E para fechar com boas notícias para a área da educação no nosso oeste, quero informar que ontem participamos de uma audiência com o deputado Gelson Merisio que está em plenário e pode confirmar, também com o pró-reitor de planejamento da Universidade Federal da Fronteira Sul, o professor Vicente, também a coordenadora do grupo que trata do hospital de ensino e também com um membro do Conselho Diretor do Hospital Regional, o Marco Aurélio, onde tratamos da necessidade da concretização do curso de Medicina já para o ano que vem. E precisamos de uma ampliação do Hospital

Regional do Oeste, para estruturá-lo para a criação do hospital escola, ou melhor, um hospital de ensino funcionando.

Tivemos a confirmação de recursos no valor de R\$ 500 mil para a construção desse projeto, porque, deputados, deputada Ana Paula Lima, sem projeto não há construção. Então, a garantia do curso de Medicina depende do Hospital Regional do Oeste se transformar num hospital escola. Esse recurso vai garantir a construção da ala de ensino do Hospital Regional do Oeste. É um passo que nos aproxima ainda mais do primeiro curso de Medicina gratuito na região de Chapecó, uma vez que o Ministério da Educação só aprova a criação do curso para a região se tiver espaço adequado para os alunos atuarem na prática.

Como coordenadora do grupo de trabalho da própria Universidade Federal, quero dizer que essa notícia está sendo aguardada com muita expectativa pela comunidade acadêmica. Com o projeto criado podemos ter o primeiro processo de seleção já no final deste ano, que acontece através do Enem.

Portanto, para quem está nos acompanhando e que deseja cursar o curso de Medicina na Universidade Federal precisa ficar atento, porque o Enem é que fará a seleção dos alunos.

Também queremos dizer que a criação do hospital ensino vai intensificar a oferta de residências médicas no hospital e garantir um salto de qualidade na assistência à saúde.

Se quisermos que os médicos fixem residência na região, devemos oportunizar a continuidade dos estudos, seja no ensino, na pesquisa e extensão. Quem vai para os grandes centros dificilmente volta, e os nossos municípios menores sofrem com a falta de profissionais especializados.

A nova ala do Hospital Regional do Oeste deverá ocupar um espaço em torno de 5.000m², e o mais importante é que não vai atender somente aos alunos da federal, mas outras instituições de ensino, como a Unochapecó, a Unoesc, a Udesc, seja nos cursos de Medicina, de Enfermagem ou em outras áreas onde possam vivenciar o ambiente hospitalar e o atendimento à saúde da população.

O que queremos junto com a equipe do Hospital Regional do Oeste e com a direção da Universidade Federal da Fronteira Sul é transformar Chapecó num centro de excelência no ensino à saúde. Somos reconhecidos por tantos serviços, especialmente na área da saúde, mas é preciso garantir a formação do profissional médico que passa a ter uma conquista a partir do ano que vem.

Quero também dizer a todos que estão acompanhando esta sessão que das vagas ofertadas para o ano vem no curso de Medicina, onde há previsão de 40 a 60 vagas, e já em 2017 mais 20 novas vagas para a formação de médicos, uns 86% dessas vagas serão ofertados para alunos de escola pública.

Portanto, os estudantes de ensino médio que desejam ser médicos, que são filhos de trabalhadores, de pequenos empresários, de agricultores, que sonham e sofrem para passar num vestibular para Medicina, fiquem atentos, façam o Enem e quem sabe ano que vem possamos ter vários estudantes, inclusive do nosso interior do estado, cursando Medicina, tornando-se médicos para defender a saúde pública, o SUS, para que todo o povo brasileiro possa ter atendimento médico, independentemente da sua renda, da sua classe social, mas como um direito digno de toda população.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito de Chapadão do Lageado, nosso companheiro Zezé, que está nesta Casa encaminhando assuntos de interesse do seu município.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero também registrar a presença nesta Casa dos vereadores de Cunha Porã, Rogério Grade, Sílvio Fioreze, Deise e Solmar, que estão participando de um curso na capital catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público presente e ouvintes desta sessão, hoje, infelizmente, vou falar mais uma vez sobre o problema das estradas do nosso estado.

Não é uma crítica ao governo, mas para que determine aos seus comandados as devidas providências com o que está prejudicando exageradamente aqueles que transitam pela nossa rodovia que liga o trecho de Matos Costa a Porto União.

Recebi correspondência aprovada pela Câmara de Vereadores de Porto União, por proposição do vereador Gildo Luiz Masselai. Recebi também correspondência do sr. Giovanni Gilberto Gregório, do município de Calmon, que trata de uma moção aprovada pela Câmara daquele município, solicitando que busquemos junto ao governo uma solução.

Por isso estou enviando essas indicações solicitando medidas para resolver o problema das estradas, talvez pela décima vez, mas não vou parar de usar minhas prerrogativas. Na realidade estou muito preocupado com isso, e fiz a seguinte indicação ao governador do estado:

(Passa a ler.)

"A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado Reno Caramori, solicita a vossa excelência urgência na recuperação asfáltica do trecho da Rodovia SC-135,

que liga os municípios de Porto União, Matos Costa e Calmon.”

Na mesma linha, sr. presidente, temos outra Rodovia, a SC-462 que ainda carece de asfaltamento futuro, que liga Matos Costa a BR-153, no município de General Carneiro, e enviei a seguinte indicação ao governador do estado:

“A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado Reno Caramori, solicita a vossa excelência que determine a realização de serviços de patrolamento do trecho da rodovia SC-462, entre os municípios de Matos Costa e a BR-153, divisa do estado do Paraná.”

Srs. deputados, não dá mais! Estamos buscando, deputado Gelson Merisio, a solução da maneira mais pacífica possível. Mas nós, que somos daquela região, recebemos quase todo dia telefonemas de empresas, de motoristas particulares, de moradores daquela região. Agora vai se agravar ainda mais, deputado Neodi Saretta, em conseqüência da vinda da neblina com a proximidade do inverno. A neblina já começou, o que é praxe naquela região. Depois das 20h ninguém mais trafega, a não ser a dez ou 20 quilômetros por hora.

Eu gostaria de solicitar à assessoria que fizesse a exibição das fotos que me foram mandadas no dia de hoje, mostrando os tipos de buracos existentes naquela rodovia.

(Procede-se à exibição das fotos.)

Conforme v.exas. puderam observar, são diversos os tipos de buracos que existem no leito da estrada e que foram apresentados nas fotos, atestando a gravidade da situação.

Num trecho da estrada, que não foi mostrado aqui, a comunidade colocou capim, pegaram touceira de capim e colocaram nos buracos. Virou uma selva na pista, só se via capim. Foi uma maneira que encontraram para evitar acidentes naquele trecho.

Mas eu quero crer que essas fotos mandadas pelo vereador Masselai são das proximidades de Porto União. Entretanto, o grande problema está entre Passo da Galinha até a sede do município de Matos Costa. Segundo ele, é caótica a situação.

O que nós queremos é que o governo determine aos seus comandados que realmente usem das suas atribuições, porque não é de agora, não é problema de tempo para licitar ou coisa que o valha, isso vem ocorrendo há muito tempo. Não é possível que aquela comunidade continue nesse desespero.

O trecho de Matos Costa à BR-153, onde transitam as empresas de Santa Catarina que vendem o seu material para as madeireiras, do Paraná, de General Carneiro e vice-versa, não têm mais como circular neste trecho por falta de manutenção.

Então, eu faço mais uma vez um apelo ao nosso governador, pois temos certeza de que ele não sabe desse problema, não conhece. Mas nós temos a nossa Regional. Onde está a Secretaria Regional para levantar os problemas e levar ao então secretário, que é o responsável e conhece muito bem o problema. Por que não se toma uma atitude?

Por isso, nós voltamos a esta tribuna, mais uma vez, solicitando o apoio dos srs. parlamentares para que possamos aprovar indicações no sentido de tomar providências, através dos órgãos competentes do governo, para solucionar esse problema com a maior brevidade possível, antes que ocorram acidentes novamente, como já têm ocorrido vários.

A orientação que nós estamos dando é que para cada acidente ocorrido seja feito um BO, e a Polícia faça os registros cabíveis para que possamos responsabilizar alguém, se realmente não forem tomadas as providências necessárias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença do vereador de Irineópolis, Nelson Bendli Júnior.

Feito o registro, desejamos boas-vindas a este Parlamento.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB. Houve uma troca, deputado Nilson Gonçalves, com a deputada Angela Albino que ainda está ocupada com a instalação da CPI das Águas.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, nesses últimos dias tenho sido não sei se privilegiado ou aquinhoado com o meu nome, a minha foto estampada no jornal *Notícias do Dia*, numa sequência que até me causa estranheza em relação a gostos dos deputados da Assembleia.

A primeira matéria que li tem o título "Gastos sem limites. Na Assembleia custeio dos deputados em 2013 soma-se a R\$ 5,300 milhões." E em alguns itens liderei esse *ranking*, por essa razão fui questionado e a minha fotografia foi estampada no jornal de forma relevante por conta dos gastos de indenização em meu escritório em Joinville.

Pode causar estranheza para alguém os gastos que tenho no meu escritório em Joinville os quais estão pertinentemente dentro da lei, dentro da legalidade. Causar estranheza para quem não conhece o meu trabalho, para quem não conhece a minha equipe de trabalho no município de Joinville.

Agora em Joinville qualquer pessoa que descer na rodoviária, pegar um táxi e dizer que quer ir à Casa Amarela, não precisa dar endereço, pois sabe onde é a Casa Amarela. Os gastos que tenho na Casa Amarela são porque praticamente descentralizei todos os trabalhos principais para o município de Joinville.

Em Joinville, a minha Casa Amarela é o meu escritório de trabalho que consome só de aluguel por mês quase R\$ 4 mil, e temos uma cota de aluguel por ano de R\$ 8 mil. Portanto, gasto a cota da Assembleia o limite, ou seja, R\$ 8 mil. Depois passo o resto do ano pagando do meu bolso o aluguel de meu escritório de trabalho em Joinville.

Em Joinville já há muitos anos tinha uma caminhãozinho que carregava móveis, utensílios domésticos doados para a população carente. Temos um enorme cadastro de doares e outro de pessoas que precisam. Tínhamos um carrinho, foi aumentando e hoje temos um caminhãozinho, da Kia.

Esse caminhão não foi comprado com o dinheiro da Assembleia, mas, sim, com o meu dinheiro. E esse caminhão roda o dia inteirinho desde manhã até a noite e gasta diesel, despesa essa não da Assembleia, mas do meu bolso.

Há uma série de outras coisas que fazemos naquela casa que são objeto de doações de empresários que nos ajudam, de pessoas que voluntariamente vão lá. Temos um ateliê de costura em que senhoras voluntárias vão lá costurar, fazer roupa de bebê. E, quando há um volume grande de kits bebê, fazemos um curso para as gestantes, com médicos, dentistas, enfermeiras da maternidade para orientá-las.

Tenho um gasto enorme em correspondência, porque preciso comunicar essas pessoas. No ano passado fizemos cerca de 100 oficinas e beneficiamos centenas de pessoas de toda a região. Isso gerou um gasto grande em correspondência, não foi de graça. O que estava no limite de gastos da Casa eu gastei. O que ultrapassou o limite de gastos da Casa, eu tirei do meu bolso ou tive a colaboração de amigos. Não ultrapassei o limite, mas fui aquinhoadado, aqui, como sendo o deputado que mais indenizações teve no seu escritório regional. Quem sabe foi por que o meu escritório regional é o que mais tem atividades o ano inteiro.

Isso não acontece apenas em época de eleição. Estou com o escritório aberto e trabalhando desse jeito, srs. deputados, há 22 anos. Tive dois mandatos de vereador, estou no quarto mandato de deputado. Sempre trabalhei desse jeito. Abri o escritório e nunca mais fechei. Hoje, isso tomou uma dimensão muito grande e extrapolou o limite de gastos desta Casa, mas estou pagando com o que ganho apresentando programa de televisão, de rádio.

A minha esposa, que toca todo esse trabalho, não pode ser registrada na Assembleia porque seria nepotismo. Ela é registrada na Tribuna do Povo, ganha R\$ 3.000,00, mas trabalha para a Assembleia, trabalha para todos porque é ela quem dirige o

escritório. É a pessoa em quem mais confio, que tem capacidade para tocar o escritório.

Então, quem é de Joinville sabe e conhece o porquê dos gastos. Não fiz nada de ilegal. No computo geral dos deputados, sou o 19º com mais gastos na Assembleia Legislativa. Agora, o que me causou estranheza foi ser um dos deputados mais ricos da região de Joinville. Sou mais rico que o senador Paulo Bauer, que o senador Luis Henrique da Silveira! Fiquei impressionado. Mas quero deixar bem claro que se aparece assim, é porque exatamente tudo o que eu tenho está declarado, está no imposto de renda. Não tenho nada que seja meu no nome de alguém. Quem sabe por isso esteja aparecendo tão rico, com R\$ 800mil em propriedades. Isso foi resultado de uma vida toda de trabalho, não só como deputado, mas como apresentador de televisão, como advogado. Já fui apresentador de bingo em cima de caminhão, e ganhei muito dinheiro fazendo isso. Comprei uma cobertura na época em que apresentava bingo em cima de caminhão. E isso vai somando ao longo da sua vida. Tenho 63 anos. Quando se chega nessa idade, você traz consigo o fruto do trabalho de toda sua vida. Essa é a verdade, e não escondo de ninguém.

Hoje mais uma moça do jornal *Notícia do Dia* veio me procurar, novamente. Queria saber por que está com tanta falta de quórum a Casa. Eu disse: É para mim que está perguntando? Poderia perguntar para outro. Mas tudo bem, respondo: Só não precisa colocar uma fotografia enorme no jornal com a minha resposta. Eu respondo: Nós estamos tendo problema de falta de quórum na Casa por muitas razões, entre elas o fato de termos e estarmos em ano eleitoral, o que faz com que muitos deputados vão para as suas regiões. Também temos os deputados que acompanham o governador, o secretário de estado nas suas regiões, nos dias que tem plenário na Casa. Mas considero um ano atípico, principalmente por ser ano eleitoral e porque não tivemos a discussão de matérias de muita relevância. Então, muitos deputados avaliam que, entre estar cuidando do seu rebanho e estar

aqui votando matéria de utilidade pública, prefere ficar cuidando do seu rebanho por aí. Mas a verdade é que temos a obrigação de estar aqui, em plenário, e assim temos feito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

A SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Gostaria de registrar a presença da vereadora Maria Aldair de Carvalho, de Porto União, bem como do seu assessor Luiz Vicente e também a presença do vereador de Irineópolis, conhecido como o Italiano. Era isso, sr. presidente.

A SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está feito o registro, deputado.

Esta Presidência registra a presença de Helton Frena, Jairo Zanis, pertencentes ao CDL de Laurentino, também a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga, vereador Leandro Haizen, e do vereador Elcio Luiz Bonacolsi, do município de Laurentino.

Sejam todos bem-vindo!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, inicio esta manifestação no Horário dos Partidos agradecendo ao deputado Reno Caramori, assim como aos deputados Marcos Vieira, Dirceu Dresch, Edison Andrino, Moacir Sopelsa, Carlos Chiodini, Renato Hinnig, todos que estiveram na abertura da instalação da nossa CPI.

Agradeço particularmente ao Sintaema, na pessoa da Janete, do João e do Paladino que estão aqui conosco desde o início dos debates. Agradeço a presença do Deco, grande liderança da Palhoça, que nos vai ajudar a entender melhor a questão, já que a CPI envolve o município de Palhoça.

Queremos contar com a parceria do Tribunal de Contas do Estado para nos fornecer os documentos que já estão encaminhados sobre o ocorrido em Palhoça, e a partir daí construirmos o cronograma da nossa CPI, de todos os procedimentos necessários.

Convido todos os deputados para fazerem parte da CPI sempre que assim desejarem. Reafirmo isso para dizer que o verão enfrentado por Santa Catarina este ano nos exigiu a retomada de um procedimento muito simples, mas que é de muita eficácia pelo menos nos últimos 20 anos, que reunimos o *trade* turístico, Casan, Celesc e Polícias de Santa Catarina, para discutirmos com quem faz o turismo, com quem vai ter a sobrecarga estrutural com o turismo em Santa Catarina, ações comuns para a época de turismo.

Não é possível mais que invistamos no estado como o que se apresenta como turístico e vemos ao final a oneração aos turistas com uma infraestrutura inadequada para recebê-los.

Temos feito propagandas caras inclusive do estado de Santa Catarina, e isso não acompanha a devida infraestrutura necessária para o desenvolvimento do turismo. E no campo do desenvolvimento desse setor quero compartilhar com vocês a preocupação que tenho da inércia do nosso estado acerca do grande momento que o país vai viver, que são as Olimpíadas.

Quanto à Copa do Mundo, está tudo definido, bastante encaminhado, mas temos uma oportunidade extraordinária com as Olimpíadas que embora aconteçam apenas no Rio de Janeiro teremos centenas de atletas espalhados pelo Brasil todo para fazer aclimatação, treinos, antes de estarem propriamente nas Olimpíadas.

É uma oportunidade para nós melhor inclusive do que a Copa do Mundo. E não deixei de rir quando vi que o governo do estado gastou R\$ 3,9 milhões, sem licitação, para um evento de alguns dias no Costão do Santinho, enquanto vários de seus integrantes assomam à tribuna para deitar o cabelo sobre a Copa do Mundo e dizer que é uma barbaridade, que é dinheiro que está sendo gasto.

Mas é engraçado que esses mesmos parlamentares que criticam a Copa do Mundo, quando é o governo do estado que recebe um pequeno evento, um congresso de técnicos, o silêncio é total.

Quero dizer que acredito nos grandes eventos como uma oportunidade extraordinária de darmos visibilidade ao país, aos estados e aos nossos municípios também.

O deputado Edison Andrino, que já foi prefeito aqui em Florianópolis, sabe o valor que tem um evento para dar maior visibilidade para o nosso município, estado e país. No campo do esporte a minha expectativa é de que a Copa do Mundo e as Olimpíadas tragam uma herança geracional. O estado de Santa Catarina produz atletas extraordinários e temos federações que se dedicam com bravura ao desenvolvimento do esporte, mas não temos uma política estadual de esporte, embora os milhões que tem aquela secretaria, através do seu fundo, o próprio Tribunal de Contas já disse como eles são distribuídos.

Portanto, não nos falta dinheiro e oportunidade para termos uma política estadual de cultura e de esporte, o que nos falta é pensar sobre esse assunto com quem faz esporte e cultura em nosso estado para que de fato possamos ter uma política que se converta em política de estado, não apenas num governo mercantilista como temos visto aqui no nosso estado.

Dessa forma saúdo a instalação da nossa CPI e torço para que ela dê grandes frutos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Convoco mais uma vez os srs. parlamentares para que se façam presentes no plenário a fim de que possamos deliberar os vetos que estão pendentes ao longo de várias sessões.

Solicito aos srs. deputados presentes que registrem suas presenças novamente no painel para que possamos conferir se há quórum para deliberação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença da vereadora do município de Canoinhas, sra. Cristiane, que se encontra nesta Casa para trazer reivindicações de seu município.

Seja muito bem-vinda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Seja bem-vinda, vereadora Cristiane.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1158/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0004/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que estabelece a Política Estadual para compras governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária - Compra Coletiva/SC.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu tenho debatido muito este tema pelo estado afora com as pequenas agroindústrias familiares da agricultura familiar.

Agradecemos o empenho do líder do governo, deputado Aldo Schneider, junto à equipe da Fazenda. Gostaria de dizer que o governador fez um decreto isentando o ICMS das pequenas agroindústrias familiares que produzem até R\$ 20.000,00 nos produtos entregues para o Programa de Alimentos e também à alimentação escolar.

E aqui temos outra política para este setor que são especialmente as pequenas agroindústrias. Quando o estado compra alimentos e outros produtos que dizem respeito aos nossos agricultores, ou

quando o estado faz uma licitação, temos muitas entidades, grupo de mulheres, que fazem artesanatos, equipamentos, que podem servir para escolas ou para outros órgãos públicos.

Deputado Reno Caramori, propomos que o estado priorize, numa licitação, esses setores, seja da agricultura familiar ou das organizações de economia solidária no estado.

Estranhamos bastante o fato de o governo vetar um projeto como esse, porque o estado já compra igual, já faz a licitação, ele teria que, simplesmente, dar prioridade a essas unidades da agricultura familiar e da economia solidária. Esse projeto é muito parecido ou idêntico à lei que esta Casa aprovou com as compras governamentais das micro e pequenas empresas, que também têm uma política nacional, hoje, implantada no Brasil. Quando o governo faz uma licitação ele coloca a prioridade para as micro e pequenas empresas e, neste caso, colocaria uma das ações prioritárias à economia da agricultura familiar ou economia solidária.

Então, pedimos aos srs. deputados para derrubarmos este veto, porque não justifica a manutenção de um veto que pode beneficiar dois setores importantes do estado: a agricultura familiar e a economia solidária.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria de ratificar as palavras do deputado Dirceu Dresch, principalmente no que tange toda uma negociação que fizemos junto à secretaria de estado da Fazenda para a isenção em até R\$ 20.000,00 por ano de vendas de produtos coloniais.

Esse foi todo um trabalho que nasceu dentro na bancada PT, através de uma ideia do deputado Dirceu Dresch, e nós, ao invés de derrubarmos o veto, procedamos a sua retirada de pauta

construímos uma negociação juntamente com a secretaria da Fazenda, que baixou um decreto naquele momento, atendendo àquela solicitação.

Com referência a este projeto que ora estamos discutindo, é diferente daquilo que já conseguimos atender, até porque o projeto fala em empresa.

Então, o governo vetou totalmente por inconstitucionalidade à medida que gera várias atribuições ao Poder Executivo, fere a Constituição Estadual no art. n. 32, da separação dos poderes, no art. n. 71, inciso IV, e nós, neste momento, orientamos a bancada pela manutenção do veto.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores gostaria de dizer que o nosso deputado Dirceu Dresch já fez a defesa pela derrubada do veto, mas queríamos reforçar a importância de termos estabelecido em Santa Catarina a Política Estadual para compras governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária. Quero dizer que esse projeto na verdade não cria encargos, mas estabelece uma política geral com relação à agricultura familiar. Portanto, encaminhamos pela derrubada do veto do governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação se dará pelo painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se a votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	

DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 30 deputados.

Temos 21 votos "sim" e 9 votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem,
sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Embora a votação tenha sido encerrada, gostaria de dizer, apenas aproveitando o tempo, que teria que ter a consciência de votar pela derrubada do veto desse projeto do deputado Dirceu Dresch, mas não o fiz porque precisamos mudar alguns conceitos de poder entre o Legislativo e o Executivo. E quando se aplica a inconstitucionalidade num projeto como esse preciso concordar que algo está errado, mas ao mesmo tempo, quando avalio, deputado Kennedy Nunes, a importância do projeto, vejo que o nosso Poder Legislativo, às vezes, fica abaixo daquilo que nós pensaríamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Discussão e votação da Mensagem n. 1183/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0133/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais às crianças menores de sete anos, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, o deputado Jailson Lima, neste momento está em outra atividade, e, tradicionalmente, quando há uma matéria relacionada a um deputado que não se encontra no plenário, tem-se retirado a matéria de pauta. Eu solicito retirar a matéria de pauta ou remeter para o final da pauta.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu sugiro que esse veto fique para análise no final da pauta, até porque nesse ínterim, com certeza, o deputado Jailson Lima estará presente no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Srs. deputados, para passar a matéria para o final da pauta não é necessário consultar os líderes.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1184/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0257/2012, de autoria da deputada do deputado Antônio Aguiar, que institui a Campanha Estadual Todos Somos Pedestres - Respeite a sua própria preferência, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, gostaria de fazer o mesmo encaminhamento do veto anterior, uma vez que não vejo o deputado Antônio Aguiar, autor da matéria, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O pedido de v.exa. será atendido.

Solicito aos srs. parlamentares que não se ausentem do plenário, porque já foi difícil conseguir quorum no dia de hoje.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1185/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0039/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que assegura oferta de alimentação saudável e adequada aos beneficiários da alimentação fornecida pelo estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, peço a compreensão dos srs. parlamentares desta Casa para a derrubada do veto, haja vista que a matéria não trás nenhum ônus para o governo do estado, apenas adequar e garante uma alimentação saudável para nossas crianças, adolescentes, enfim todos os enfermos. Visitei alguns hospitais do estado e verifiquei a qualidade da alimentação que não é tão adequada e necessária para os pacientes internados.

Então, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, queremos apenas assegurar uma oferta de alimentação saudável para quem utiliza a alimentação fornecida pelo governo do estado de Santa Catarina.

Peço aos srs. deputados e deputadas que façam a derrubada do veto do governador.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, entendemos ser extremamente meritória a proposição da deputada Ana Paula Lima, mas temos que analisar a legalidade das propostas.

Na condição de líder do governo e por orientação também da Casa Civil, sugerimos à bancada de apoio que mantenha o veto por invadir competência do Executivo, pois cria uma série de atribuições ao governo que ainda deverá regulamentar a lei. Portanto, sugerimos a manutenção do veto.

Sugerimos também à deputada Ana Paula Lima que converta o projeto em uma indicação endereçada à secretaria de estado da Saúde para que se faça um trabalho em nível de secretaria de estado, para aí, sim, seja implantada essa brilhante ideia.

Peço a manutenção do veto.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sinceramente tento me segurar nestes momentos, mas algo mais forte me faz vir a este microfone para falar.

Ouvi v.exa., deputado Moacir Sopelsa, e para este deputado que é um amante do Legislativo, acho uma afronta do Executivo para nós. Votar veto de projeto de autoria de parlamentar é um acinte a este Parlamento. E digo isso porque todos os nossos projetos vetados que estamos votando aí, passaram pela comissão de Constituição e Justiça e foram aprovados. Muitos deputados que aprovaram lá na CCJ, aprovaram aqui no plenário e agora estão tendo que engolir em seco o parecer de um jurídico do governo que entende, porque no direito é assim, dependendo do ponto de vista que se vê tanto pode fazer para cá ou para lá, e entendeu que estaremos adentrando nas competências do estado.

O que tem a ver um projeto de lei que prioriza a compra de produtos dos agricultores?

Qual é o erro que tem esse projeto que nós estamos votando e que vai garantir a qualidade da alimentação das pessoas que estão nos hospitais? Aí o governo vem e diz: não quero. E a gente vai abaixar a cabeça, dizendo sim senhor, sim senhor? Comigo não!

Quero deixar esse registro, porque isso para mim é uma afronta, não contra o governador, porque o governador não tem nada a ver com isso.

Eu já disse aqui, lá na Casa Civil e na Procuradoria-Geral do Estado, que há alguns profissionais da área do Direito se considerando

acima dos legisladores! Quem é que tem voto aqui? Quem é que levou voto da comunidade para chegar aqui. Quem é o legítimo representante da sociedade catarinense neste estado? Somos nós.

Não é advogado de Procuradoria, de Casa Civil, que vai estar acima da nossa representatividade aqui. Eu falo isso para que nós possamos verificar. Agora, o que eu penso, deputado Padre Pedro Balsissera? Eu penso o seguinte: vamos derrubar os vetos e deixar para a Justiça dizer se é inconstitucional ou não.

Mas nós, engolir o que produzimos? É uma falta de vergonha desta Casa. Temos que respeitar a posição do governo, e sei que vai dar um monte de problema, não tem importância. Sou do partido do governo, sou da base governista, mas eu tenho um compromisso maior do que um compromisso partidário do governo, eu tenho um compromisso com as pessoas que votaram em mim, e não posso, de forma nenhuma, ver o Parlamento se dobrar para algo que passou nas comissões técnicas, em todas as comissões responsáveis, que passou pela aprovação do Plenário e, agora, por conta de um parecer jurídico - que eu já provei aqui que eles erram -, vamos dizer sim senhor para aquilo que já havíamos aprovado antes.

Por isso eu quero deixar o meu registro, sr. presidente, de um parlamentar afogado neste processo de veto do governo por questões de ponto de vista da área do Direito, e digo, de antemão, que vou votar contra a todos os vetos. Já fazia isso quando era voto secreto, agora tenho o maior orgulho de dizer que eu voto contra. Por quê? Porque eu sou um parlamentarista, defendo o Parlamento e aquilo que produzimos aqui.

Desculpem o desabafo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Nós temos, aqui nesta Casa, cuidado muito nos projetos que temos

apresentado. Eu estudei muito aquele projeto anterior, cujo veto foi votado aqui, para não entrar justamente nesta polêmica da inconstitucionalidade.

Cuidamos muito, deputado Moacir Sopelsa, e estamos legislando aqui para melhorar a vida do povo catarinense e o estado é o grande propulsor. Em vez de comprar de uma grande empresa, de um grande grupo econômico, por que não comprar da pequena? Não tem custo nenhum!

Nós cuidamos muito disso. Tem que ter um cuidado da equipe técnica do governo para olhar bem isso. Nós concordamos que há projetos que são claramente inconstitucionais e às vezes passam aqui, isso é verdade. Pode até passar aqui.

Agora, nós temos tido uma preocupação muito grande para não apresentar projetos que possam ser visivelmente inconstitucionais.

E quando passam nas comissões, são avaliados, têm parecer das equipes jurídicas das secretarias favoráveis aos projetos. Depois, chega lá na Casa Civil e é vetado.

Muito obrigado!

O Sr. deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, demais colegas, eu fiquei entusiasmado para falar ouvindo a manifestação do deputado Kennedy Nunes, dizendo que concordo plenamente com ele, e que salvo raríssimas exceções, nesses sete anos e um mês de mandato neste Poder, sempre votamos contra os vetos, justamente por esta compreensão. Eu acho que a Assembleia Legislativa às vezes erra, nós erramos, e eu mesmo já fiz autocrítica de votos errados. Mas não é possível que nós sempre tenhamos errado.

Todo ano, todo mês, cometemos uma pá de erros, e é isso que produz o desencanto de alguns de nós com este Parlamento, com a política institucional como um todo, mas produz também o desencanto da população com relação à política.

Porque quando entramos no processo eleitoral, assumimos compromisso com determinadas bandeiras. e há a iniciativa do Executivo.

Então, um deputado, uma bancada, todos os deputados aprovam um projeto que é vetado por sugestão de um técnico que às vezes é o oitavo escalão na linha de governo, sem demérito aos técnicos, mas outro técnico com certeza, como v.exa. bem falou, poderia ter tomado outra decisão, aí a Assembleia nesses sete anos e um mês tem reiterado quase que de forma total a posição que vem do governo pelo veto contrariando a decisão de meses antes do Poder Legislativo.

Então a população não pode ficar entusiasmada conosco! Se ela se entusiasma ali na frente, desentusiasma-se, desencanta-se, porque tudo que se fala, que se promete, que se assume o compromisso lá na frente acaba sendo rejeitado por nós mesmos. Isso é uma triste realidade, infelizmente, da forma como está organizada a república, os poderes no nosso país.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, srs. deputados parece necessária algumas considerações até porque o deputado Kennedy Nunes coloca a sua posição que é absolutamente respeitável, mas temos, acima de tudo, pensar sobre ela.

No entanto, é claro a todos que é função do governador a sanção das leis, a nós cabe produzi-las após nossos trâmites, mas cabe ao governador a sanção e, para tanto, deve haver segurança jurídica. Quando o governador veta um projeto e manda para cá não é diferente de quando, por exemplo, a presidente Dilma Rousseff quando faz os vetos numa série de matérias no Congresso Nacional.

Isso não é uma postura de governo de Oposição, mas uma responsabilidade, porque a função do veto

é do governador e ele apenas o faz com base num parecer jurídico, pois ele não é advogado. E é sabido também que muitos projetos que são aprovados nesta Casa, e é natural que seja assim por força da pressão popular, pois esta é a Casa do Povo, suscitam movimentos que muitas vezes são enviados pelo próprio governo corrigindo questões constitucionais.

Na minha visão o debate aqui não é contra o governo que veta ou contra os deputados que aprovam ou rejeitam projetos nas comissões, o que temos que mudar é a nossa Constituição Federal que tirou de forma cruel as prerrogativas das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores concentrando o poder na Câmara Federal e no Senado.

Essa é a questão, esse é o ponto, porque podemos ter um ou dois projetos aprovados aqui, sancionado e que sejam questionados na Justiça e que sejam declaradas inconstitucionais. Agora, não pode ser a maioria, porque alguma coisa está errada, e para tanto há que ter, sim, o peso da sanção do governo ou não, e podemos aqui avaliar as que valem a pena correr o risco de ser aprovada ou não uma inconstitucionalidade.

Por isso, acredito que os papéis estão muito claros, o governo faz a sua parte. E também não é verdade que todos os vetos são mantidos. Derrubamos muitos vetos aqui, como em nível federal também foram derrubados alguns, até porque lá nem se vota. Há vetos de projetos federais que estão há dez anos na gaveta sem ser votados. Aqui não, votamos os vetos.

Por isso, faço essa correção para dizer que na maioria das vezes acompanho o que vem encaminhado pelo governo, também já votei pela derrubada do veto. Agora, não há nenhum problema em votarmos aqui no plenário de uma forma e depois, com base em uma discussão feita juridicamente de adequação à legislação federal, mudarmos a posição. Apenas para deixar claro isso com todo respeito ao posicionamento do deputado Kennedy Nunes.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, a sra. deputada Ana Paula Lima, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, parece que já há lá no computador do governo uma folhinha já pronta dizendo: inconstitucional, inconstitucional, inconstitucional. Não há nenhuma análise.

O que traz de despesa para o governo? Não há nenhuma despesa diferente para o governo além daquela que ele já teria que fazer.

Entendi o posicionamento do deputado Kennedy Nunes porque fizemos um debate amplo na comissão de Constituição e Justiça, nas comissões de mérito, e todos os deputados concordaram, mas agora não vão concordar porque veio um veto do governo para cá? Esse é o meu posicionamento e peço a derrubada do veto, porque não há nenhuma despesa para o Executivo.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o líder do governo, deputado Aldo Schneider.

O DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Diante do debate que suscitou essa matéria, cabe-me aqui ressaltar alguns fatos.

Primeiramente, concordo em parte com a manifestação do deputado Kennedy Nunes, até porque muitos dos técnicos que lá estão não têm a sensibilidade popular e política que temos.

Mas na condição de líder do governo, estamos falando em derrubada de veto respaldado pelo parecer da Procuradoria-Geral do Estado. Então, cabe orientar à bancada de apoio do governo pela manutenção do veto em função do que a PGE orientou o sr. governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 18 votos "sim", 9 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1186/2013, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0027/2011, de autoria do deputado Manoel Mota, que acrescenta os arts. 4º-A e 4º-B e dá nova redação ao art. 10 da Lei n. 10.501, de 1997, que dispõe sobre normas de segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, essa é outra das minhas indignações. O deputado Manoel Mota, na verdade, está querendo com essas modificações dar um pouco mais de garantia para quem usa as agências bancárias e que está sofrendo com aquele tipo de crime da saidinha do banco. O que o deputado está querendo fazer é resguardar o cidadão que está dentro do banco privado ou público, de pessoas que se utilizam do telefone celular dentro da agência bancária para avisar o bandido lá fora que tal pessoa tirou dinheiro.

E aí o governo vem dizer que nós não podemos fazer isso? Que o deputado não pode fazer isso? Que isso não nosso papel? Fazer a garantir do cidadão dentro da agência bancária. Qual o nosso papel, deputados? É legislar. É criar leis. E agora como é que vem um veto parcial dessa questão. Por isso, mais uma vez, venho aqui para dizer da minha indignação de ter um projeto tão importante como esse, que garante a segurança do cidadão nos bancos, vetado. O deputado Manoel Mota, com certeza, vai falar muito melhor do que eu sobre esse projeto.

Então, derrubamos o veto ou vamos deixar o cidadão a mercê do crime da saidinha do banco.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, por que me preocupei em fazer esse projeto? Porque os ladrões, os bandidos estão dentro dos bancos com o celular e avisam aos outros lá de fora quando os velhinhos, principalmente, vão sacar o seu dinheiro. Há uma pressão das entidades financeiras, porque esse projeto não tem razão de ser vetado. Queremos apenas a segurança da população. O meu projeto é para dar segurança à população de Santa Catarina, não há outro objetivo. Então, quero pedir a derrubada do veto, porque também sofri muita pressão das entidades financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. presidente peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero deixar os deputados da minha bancada bem à vontade para decidir. Essa não é uma questão política, portanto, a bancada está liberada.

Eu gostaria de fazer duas ponderações. Primeiramente, que ontem discutimos na comissão de Constituição e Justiça sobre o uso de celular em sala de aula e há uma lei estadual que proíbe o seu uso. Aqui nós estamos tratando de uma lei, deputado Manoel Mota, que v.exa. fez e tem todos os méritos, pois existe esse aspecto da segurança, que é importante e fundamental. Mas é importante sabermos, antes de votar, que a lei está extremamente abrangente. Ela fala em proibição de atendimento em qualquer compartimento

em que operem caixas de atendimento ao público, que, inclusive, pode ser numa loja. E depois a lei complementa e diz: "[...] e no interior das agências". Mas antes disso, fala em qualquer local que tenha caixa de atendimento ao público. Eu queria dizer isso porque acho que é uma lei muito abrangente. Hoje o celular é um instrumento de trabalho das pessoas e parece-me que essa lei está muito abrangente.

A bancada está liberada para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu entendo perfeitamente a manifestação do deputado Manoel Mota, propositor desse projeto de lei, mas nós temos que deixar aqui registrado nos anais da Casa, principalmente, para a sociedade catarinense, que o veto proposto pelo sr. governador é pautado pela legislação federal e pelas leis no âmbito nacional que regram essa questão do sistema financeiro nacional. Então, na prática, não é um desejo do governo, do governador, em vetar a lei. Nós temos uma regra nacional onde já está incluso o que pode e o que não pode ser feito junto às agências bancárias.

Quero orientar a nossa base pela manutenção do veto, número um, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Votaram 23 srs. deputados.

Colho o resultado.

Está encerrada a votação.

Temos 18 votos "sim" e 5 votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, queria registrar a presença, neste Parlamento, do prefeito municipal da cidade de Imbuía, nossa cidade natal, sr. Antônio Oscar Laurindo; e do vice-prefeito, João Schwambach, acompanhados do secretário municipal de Esportes, da coligação PP/PMDB, que já é quase por toda Santa Catarina, e parece que irá consolidar neste ano de 2014 por toda Santa Catarina esse processo.

Então, é uma satisfação registrar a presença deles aqui a trabalho em nome da nossa cidade natal, eles que, além de serem do nosso partido são nossos amigos de infância e juventude.

Sejam bem-vindos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Feito o registro pelo deputado Sargento Amauri Soares. Agora, com a presença do autor do projeto, deputado Antônio Aguiar, retomamos a pauta.

Discussão e votação da Mensagem n. 1184/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei 0257/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a campanha estadual Todos Somos Pedestres - Respeite sua própria preferência, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e srs. deputados, essa é uma lei que cria a oportunidade de ajudarmos os pedestres, as pessoas que precisam de cuidados, principalmente, para atravessar uma faixa.

Quem respeita a faixa de pedestre em Santa Catarina hoje? Poucas pessoas respeitam.

Peço aos srs. parlamentares que façamos a derrubada, até pela nossa consciência, porque essa lei não cria nenhum empecilho jurídico e vai ajudar a nossa população, a nossa comunidade.

Portanto, pedimos o voto "não", número dois.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, diante da manifestação do nosso eminente deputado Antônio Aguiar, sugiro antes de dar o encaminhamento por parte do Executivo, que ele transforme esse projeto em indicação para tentarmos fazer um trabalho e, juntamente com o Detran, com a secretaria de Segurança Pública e de Educação, aproveitar essa bela ideia.

Mas, neste momento, infelizmente, tenho que orientar a bancada pelo veto total por invadir competência do Executivo, pois cria uma série de atribuições como palestras, campanhas, propagandas e o veto é obviamente pelas despesas que gera essa sua proposição.

Mas tenho que deixar claro de que essa é uma bela ideia e temos que aproveitá-la juntamente com os órgãos governamentais para trazer para Santa Catarina essa sua bela contribuição.

Voto um, pela manutenção do veto, sr. presidente.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Aldo Schneider, conhecendo v.exa. como conheço, peço a liberação da bancada para a votação para que v.exa. não fique constrangido. A liberação da bancada é uma ponderação justa deste deputado ao nosso líder que, espera ser atendido.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Eu gostaria de informar a v.exa. que essa prerrogativa de liberar a bancada é do líder da bancada do PMDB. Eu sou líder do governo. E como líder do governo tenho que manter aquilo que...

Quero dizer que as bancadas do governo não estão liberadas.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Apenas, presidente, para responder ao deputado Aldo Schneider que ele precisa liberar as bancadas de apoio ao governo, porque não basta que a bancada do PMDB seja liberada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim", aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	

DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado

Temos 12 votos "sim" e 12 votos "não".

Está mantido o veto.

Consulto a bancada do PT.

A deputada Ana Paula Lima havia pedido para segurar o veto que se refere ao projeto do deputado Jailson Lima.

Podemos colocar em pauta?

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, peço a v.exa. que, se possível, deixemos esse veto para ser apreciado juntamente com os demais que serão votados nas próximas sessões, até para o melhor encaminhamento dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a concordância dos líderes.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Entendemos a solicitação da bancada do PT e, em respeito ao nosso colega deputado Jailson Lima, pela sua não presença neste plenário, concordamos que seja postergada a votação desse veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo a concordância dos líderes será transferida a votação desse veto para a próxima pauta.

Discussão e votação em turno do Projeto de Decreto Legislativo n. 0002/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que autoriza os representantes do Estado no Conselho de Administração da SC Parcerias - Ambiental S/A. a votarem na proposta de alteração do Estatuto Social, contida no Processo Legislativo - Ofício n. 0157/2013.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Srs. deputados, a votação será por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim", aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

Solicito à assessoria que abra o painel para que os srs. deputados possam exercer o seu direito de voto.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	abstenção
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATT	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 24 votos "sim" e 1 abstenção.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei Complementar n. 422, de 2008, que institui o Programa de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apensado o Projeto de Lei Complementar n. 0023/2012.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim" e nenhum voto "não".

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0028/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 2.627, de 1960, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Hospital Beatriz Ramos, de Indaial.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0580/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio, que altera a Lei n. 7.611, de 1989, que declara de utilidade pública a Orionópolis Catarinense, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0065/2014, de autoria do deputado Reno Caramori; 0066/2014, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0067/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0068/2014, de autoria de deputado Dirceu Dresch.

Comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0086/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0087/2014, de autoria do deputado Reno Caramori; 0088/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0089/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0090/2014, 0091/2014, 0092/2014, 0093/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0096/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0097/2014, 0098/2014, 0100/2014, 0101/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0099/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos.

Requerimento n. 0094/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem ao presidente do BRDE, pedindo informações referentes aos investimentos do banco para apoiar o setor público municipal no tocante à modernização tributária.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0095/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem ao superintendente regional do DNIT, pedindo informações acerca do processo licitatório de duplicação da Rodovia SC-280.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0007/2014, de autoria do deputado Romildo Titon, a ser enviada ao comando da 3ª Companhia do 26º Batalhão da Polícia Militar do município de Campos Novos, manifestando aplausos pelo ato de bravura do soldado Arlan Francisco Deon, que em atendimento a ocorrência de tentativa de homicídio, realizou procedimentos de reanimação cardiopulmonar na vítima que se encontrava sem sinais vitais, conseguindo reanimá-la.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0008/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao presidente do Senado, à Câmara dos Deputados, à comissão de Constituição e Justiça, à comissão Especial e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense do Congresso Nacional, apelando por urgência na aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 0237/2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0014/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao presidente da Fatma, solicitando informações

referentes à emissão do Estudo e Relatório Impacto Ambiental e a fiscalização dos aterros sanitários e industriais no município de Rio Negrinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados, encontra-se sobre a mesa o Requerimento n. 0146/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig e outros, solicitando a suspensão da sessão, por dez minutos após a Ordem do Dia para ouvirmos representantes da comissão da Festa da Feijoada da Serra.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - (Faz soar a campainha!) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, gostaria de dizer que mais tarde teremos uma reunião para conversar sobre o Programa Sustentar, este grande evento que esta Casa já realizou por muitos anos e que temos a expectativa de realizar este ano novamente para debatermos assunto como energias renováveis e consumo responsável, neste nosso estado e também no Brasil.

Quero aqui hoje fazer dois apelos: um para o DNIT e outro para a secretaria da Agricultura do Estado. Para que coloquem algumas questões centrais que para nós são importantíssimas.

Queremos parabenizar toda a direção e a nossa diretora do Instituto Federal por mais uma conquista importante para o nosso querido oeste catarinense, para o município de São Lourenço do

Oeste, que não tinha ainda a presença do referido instituto.

A instalação foi anunciada na segunda-feira, numa reunião, da qual eu não pude estar presente, mas a minha equipe de assessores estava.

E há uma perspectiva de implementação muito rápida dos cursos naquela região, esse foi o encaminhamento dado ao prefeito Geraldino Cardoso e toda sua equipe da administração, assim como à associação de municípios e de vereadores da região, para já neste segundo semestre, tenhamos os cursos iniciando naquele município.

Essa era uma das grandes reivindicações da região. Para se ter uma ideia, os trabalhadores, as trabalhadoras e as pessoas de São Lourenço do Oeste tinham que se deslocar a Chapecó, a São Miguel do Oeste ou a Xanxerê, 100km de distância.

Quero iniciar aqui, falando sobre os meus apelos, sobre as minhas preocupações, primeiramente, pelo DNIT, especialmente no município de Xanxerê, mas atinge todo o nosso oeste catarinense e a população que passa na Rodovia-282, porque cada dia é maior o volume de carros e caminhões trafegando naquela rodovia.

Nós já estamos há muito tempo com aquela rodovia parada. Tivemos um problema seriíssimo com uma empresa que faliu, alegando que não deu conta daquela obra, e está lá um viaduto abandonado. Há um desvio cheio de buracos, inclusive, oferecendo um grande perigo de acidentes porque coloca em risco a passagem de caminhões e carros naquela rodovia.

Então, precisamos urgentemente de uma ação nesse sentido, e não queremos acreditar, mas temos informações de que não há recurso imediato liberado para aquela rodovia.

Estivemos na última sexta-feira em São Domingos com o vereador Adriano, do Partido dos Trabalhadores, de Xanxerê, juntamente com outros vereadores entregando um documento para a secretária executiva do Ministério do Planejamento, sra. Eva Maria, que é catarinense. Entregamos o documento cobrando também a ação do Ministério e agilidade do governo federal. E vamos

até o Ministério dos Transportes, nos próximos dias, para cobrar essa obra.

Já tivemos uma ação da Câmara de Vereadores e nos próximos dias ocorrerão outros atos da população, inclusive com a possibilidade de se fechar aquela BR para reclamar da situação. É claro que 90% da rodovia já está pronta, mas tem um pequeno trajeto que precisa urgentemente de investimentos para a recuperação da obra.

Nós aqui queremos chamar a atenção do João José, superintendente estadual do DNIT, que tem se empenhado nas rodovias estaduais de Santa Catarina, mas precisamos de mais esse encaminhamento. Vamos tratar isso junto ao governo federal. Trata-se de um grande desafio para o oeste, pois a população catarinense corre risco de vida quando passa por aquele trecho da BR-282.

Uma segunda questão que abordo é com relação à cobrança do governo do estado no programa de cisternas para os agricultores. Houve todo o empenho desta casa para aprovar recursos do BNDES para essa região do oeste que precisa socorro na armazenagem de água.

Fizemos audiências públicas na região de Xanxerê, Chapecó e Videira, discutindo o programa, e agora estamos aí com a demora da liberação dos recursos.

Há poucos dias cobramos do secretário, e saiu na imprensa que o problema estava no BNDES. Conversamos com a equipe técnica e todos os diretores do BNDES e, segundo palavras da equipe diretora, que tem um bom diálogo com Santa Catarina e que esteve várias vezes aqui discutindo a liberação de recursos para Santa Catarina, temos cerca de R\$ 3,6 bilhões sendo liberados para este estado. Há vários projetos em andamento e, metade desse valor, segundo o BNDES, está praticamente liberado para Santa Catarina.

Agora, o que o estado precisa para liberar esses R\$ 60 milhões para os agricultores? Apenas apresentar o decreto da criação do Fundo Estadual de Agricultura e Estiagem. Então, precisa-se criar esse fundo imediatamente para que sejam encaminhados os recursos do BNDES. Já existem

outros quatro fundos e estão sendo liberados recursos para várias áreas, mas o BNDES exige um fundo específico.

A minuta do decreto desse fundo foi encaminhada na semana retrasada e, a partir do momento em que reclamamos na tribuna, o estado encaminhou a proposta para que o BNDES pudesse avaliar e aí, de fato, vir o decreto para depois o recurso ser liberado. E o próprio secretário comentou em nota que a licitação das empresas que farão as cisternas ainda não está pronta. Então, há um problema de encaminhamentos e prioridades. Segundo o BNDES, o estado está encaminhando as prioridades centrais nessa questão da liberação dos recursos e precisamos, de fato, inclusive apresentei um requerimento que foi aprovado hoje, de agilidade nesse decreto para criarmos oficialmente esse fundo para a criação das cisternas.

Segundo a secretaria da Agricultura são 1.864 cisternas, 162 distribuidores de água ou de adubo orgânico que serão comprados com esses recursos. Primeiro, é necessária a criação do fundo, depois; é feita a licitação, e só então, a liberação dos recursos.

Esperamos que isso seja agilizado o mais rápido possível para amenizar o sofrimento pela estiagem dos agricultores em várias regiões do estado.

Por último gostaria que esta Casa conseguisse acompanhar de perto os critérios para a liberação dessas cisternas, porque são somente 1.864. Quem vai receber essas cisternas?

Então, precisamos ter o mínimo de critério porque é o dinheiro público que está em jogo. Existe a questão da prioridade, mesmo. Entendemos que faltou essa prioridade de investir, de criar o fundo e terminar o processo de licitação das empresas que vão construir as cisternas para agilizar o processo. Houve uma demora no processo de encaminhamentos, porque o estado acabou priorizando outras questões, outros recursos, outros fundos, que já estão sendo liberados pelo BNDES.

É isso que queremos deixar muito claro, não para atribuir a alguém a culpa por esse processo, mas porque há um tramite que precisa ser respeitado, organizado, e que demorou demais e ainda está muito lento. Por isso, muitos agricultores ainda não têm acesso, tanto aos equipamentos, à como distribuição de água no estado quanto às cisternas, que fazem falta para nossa agricultura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital ou pessoalmente nesta Casa, gostaria de registrar a visita de três amigos do bairro Paranaguamirim: Carlos Roberto Coelho, Betinho; Claudio Sergio Alvin, Serginho, e o Marco Antônio Cardoso, o Sapo, que estão nos visitando.

Sejam bem-vindos!

Espero que tenham gostado dessa experiência na Casa.

Eu gostaria de dizer que hoje, à tarde, o prefeito Udo Döhler estaria em Paranaguamirim, pela sua agenda, para olhar um terreno onde deve ser construída a companhia da Polícia Militar naquele bairro.

Tivemos conversando com o comando da 5ª Região, em janeiro, e ficamos felizes, porque eles não queriam apenas instalar uma base da polícia no bairro, mas uma companhia porque vêem que o bairro está precisando, pois é o segundo maior bairro da cidade. Eu vi, hoje, na *internet*, que o bairro de Paranaguamirim se fosse uma cidade seria a 43ª cidade do estado, e enfrenta problemas de violência como qualquer outro bairro, como qualquer outra cidade, e espera ansiosamente pela construção da companhia da Polícia Militar.

Mas precisamos de pressa, prefeito Udo Döhler, porque o dinheiro já está alocado, o projeto pronto, e precisamos que logo se faça a doação do

terreno, a negociação para que essa companhia seja construída o quanto antes e que os policiais possam trabalhar lá com suas viaturas, com os seus efetivos para dar mais segurança efetiva no bairro Paranaguamirim.

Então, mais do que ver o terreno, precisamos começar a construção no terreno, deputado Darci de Matos, que é um dos grandes entusiastas da construção dessa companhia e ajudou na alocação de recursos para a sua construção. Portanto, deixo frisado o apoio do referido deputado para que se consolide a construção. Esperamos que o prefeito defina o mais breve possível o terreno para a construção dessa companhia de segurança pública no bairro Paranaguaramirim.

Gostaria também de fazer o registro de que os moradores da Rua Monsenhor Gercino estão cada vez mais felizes, porque a estrada que dá acesso a ao Rio do Morro, pelo menos o trecho urbano, nos próximos dias, está para ser concluída. E os moradores duvidaram durante muito tempo da realização daquela obra, pois passaram vários governos, tanto municipal quanto estadual e não a fizeram. Mas o governo Raimundo Colombo e o secretário Valdir Colbachini estão dando celeridade àquela obra pelo menos no trecho urbano e a sua conclusão, que irá ajudar muitas famílias, inclusive a mãe do Serginho, a dona Lurdes, que mora naquela rua e que, assim com outros moradores, antes mesmo de começar os processos de desapropriação, doaram os terrenos para que a obra fosse acelerada.

Então, pessoas que não têm muitos bens, e muitas tinham apenas aquele terreno lá, acabaram doando antes mesmo de serem indenizadas para que a obra fosse concluída, coisa que não vemos, por exemplo, a rua Santos Dumont, onde grandes latifundiários brigam para fazerem a doação das terras para proporcionar a duplicação da referida avenida. Percebemos que os mais pobres são os que estão mais dispostos a serem generosos.

Realmente, parabéns aos moradores da rua Monsenhor Gercino, do trecho urbano, que fizeram

essa doação mesmo antes de ter a efetivação do processo de desapropriação.

Sr. presidente, quero fazer o relato de um assunto que está rodando na *internet* desde ontem, que foi a prisão, por engano, do ator Romão, que atuou na novela Lado a Lado. Ele foi solto hoje à tarde, e estava preso há 16 dias, por engano. E o engraçado é que durante todas as notícias que foram veiculadas, em nenhum momento, por parte do estado, houve a indicação de um advogado para acompanhar o caso. E isso veio à tona porque a família não vendo uma solução, começou a veicular na *internet* o que realmente estava acontecendo lá no Rio de Janeiro. Sabendo disso, a senhora que fez a denúncia, que já sabia que tinha cometido um engano na identificação do autor do furto, e que não era o referido ator, não foi até a delegacia porque estava sem a passagem de ônibus. E, ontem, sabendo que a senhora foi lá na delegacia e se redimiou, o ator global, que também é vendedor e não atua mais como ator, ainda ficou preso porque faltou energia para confecção do alvará de soltura.

Então, realmente, o estado cometeu uma série de equívocos nesse sentido, primeiramente, porque não permitiu a comunicação do preso com o advogado ou com a família; e depois, por não ter energia elétrica na delegacia para a confecção do alvará de soltura.

Isso nos leva a pensar, deputado Kennedy Nunes, quantas pessoas neste Brasil, neste país, estão presas por engano, estão pagando penas que não devem. Então, realmente, este fato nos leva a meditar, a pensar nas pessoas que acabam pagando por crimes que não cometeram por falhas do estado. Então, muito obrigado presidente e mais uma vez sejam bem-vindos Cláudio, Marcos e Carlos Alberto!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sandro Silva. Que seja feito o relato e também o registro da presença dos nossos visitantes aqui na Assembleia Legislativa, nosso povo de Joinville, terra boa, sejam bem-vindos mais uma vez!

Com a palavra o eminente deputado Manoel Mota, exímio representante da zona sul, ex-prefeito da cidade das avenidas, a nossa Araranguá. Deputado, v.exa. tem o controle da tribuna por dez minutos. Está com a palavra senhor deputado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Senhor presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes que nos dão a honra por prestigiarem o Parlamento Catarinense na tarde de hoje, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Hoje falarei um pouco das ações do sul de Santa Catarina, principalmente do extremo sul.

Há 15 anos lutamos para que seja executada uma obra e há quatro anos existe uma ação, proposta por uma procuradora, que ficou conhecida como a obra da perereca. E agora o que aconteceu? Os quatros anos de atraso em razão desta ação da procuradora vão custar R\$ 27 milhões a mais. Quem vai pagar? É o povo brasileiro? É o povo catarinense? Então, evidentemente, cabe uma ação, eu vou propô-la, contra esta procuradora, para que ela devolva este dinheiro, pois penalizou a população catarinense.

Agora está tudo bem, saiu a licença ambiental, foi feita a licitação e vamos terminar a serra da perereca, mas com R\$ 27 milhões a mais.

Não dá para admitir estas questões, porque por conta da paralisação daquela obra, tendo em vista a ação proposta pela procuradora, o povo terá que pagar R\$ 27 milhões? Será penalizada a população de Santa Catarina.

Mas graças a Deus superamos tudo e o edital saiu. As máquinas da obra devem roncar muito em breve, e só não será tão breve devido à licitação internacional, pois a obra tem financiamento do BID.

Mas está tudo resolvido! Faremos uma obra de qualidade ligando Araranguá, Canela, Gramado, Caxias do Sul em 1h40, diminuindo quase 200km pela estrada do Rio Grande do Sul. É um ganho real para a população, para nós, pois no verão teremos um maior número de turistas e no inverno poderemos

ver as belezas de Canela, Gramado, Caxias do Sul e toda aquela região. É um ganho real.

E foram 30 anos de luta na BR-285, a Serra da Rocinha, que liga Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho e São Borja, em todos esses municípios, sr. presidente, eu me reuni ao longo desses 30 anos com prefeitos à época, alguns, inclusive, até já morreram, mas de um jeito ou de outro contribuíram para hoje termos a ordem de serviço entregue para a conclusão daquela obra. São 22km para se fechar a ligação com Argentina, Uruguai, Paraguai e o norte do Rio Grande do Sul, passando tudo por Araranguá, também pelos Balneários de Araranguá. É um ganho real para toda a região e estamos felizes, porque atendemos as aspirações e os sentimentos do povo. Sabemos que contribuimos com a população, que é a nossa obrigação.

O político é eleito para buscar resultados, e quando não consegue resultados, é mais um político que apenas passou pela política. Nós estamos trabalhando em cima de resultados e graças a Deus estamos colhendo frutos. Estamos vendo esse povo extraordinário que me elegeu tantas vezes, pois já estou no sexto mandato, e colher os frutos do nosso trabalho nos deixa muito feliz.

A empresa que vai fazer a obra já está se instalando no canteiro e vamos ver as máquinas roncarem muito em breve.

Estou aguardando a licitação porque essa foi a palavra do governador Raimundo Colombo, que assumiu comigo o compromisso de licitar a obra que vai de Passo de Torres a Balneário Gaivotas, a Interpraias, que vai ser uma solução muito importante para o turismo, que será a maior indústria, que não tem fumaça, não tem chaminé, que não polui e que gera emprego, renda e qualidade de vida. Esta é a nossa luta no Parlamento Catarinense. Com a Interpraias não vamos ter indústrias de fábricas, que produzem produtos, vamos ter o turismo, que vai dar para a população catarinense mais qualidade de vida.

Estamos aguardando a licitação da Interpraias e vamos comemorar juntos com o governo.

E gostaria de dizer também que no governo de Luiz Henrique da Silveira ganhamos R\$ 43 milhões para a obra de Laguna ao Camacho, e hoje essa etapa da Interpraias está quase toda asfaltada.

Agora, estamos esperando a obra do sul começar, isto é, de Passos de Torres para cá, porque quem vai ganhar é a população. A região que mais cresceu no Rio Grande do Sul foi a região da Estrada do Mar, que está cheia de condomínios fechados. Antes, os terrenos das praias eram vendidos por R\$ 30 mil ou R\$ 40 mil, mas hoje valem R\$ 150 mil, R\$ 180 mil. Quem ganhou foram as pessoas que tinham terrenos naquela área e que agora tiveram seus imóveis valorizados. E isso vai acontecer também em Santa Catarina com a conclusão das obras da Interpraias, que vai desafogar a BR-101. Vamos mostrar ao turista que viaja da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do Rio Grande do Sul, o potencial que é o nosso estado.

Por isso, estou registrando a nossa luta, deputado Kennedy Nunes - e v.exa. sabe que eu ainda respondo por alguns processos pelos fechamentos da BR-101 -, e eu prometi à população, juntamente com o vereador Brant, da Câmara de Vereadores de Palhoça, que iríamos colocar um carro, um caminhão, uma carreta ou até um bitrem naquela BR para não passar ninguém, e iríamos juntar a Assembleia Legislativa e a Câmara de Vereadores de Palhoça para fazer uma sessão legislativa na BR-101, porque não consigo admitir que a Funai atrapalhe este país, que o governo não tenha poder sobre a Funai.

Mas graças a Deus a Justiça Federal determinou a construção da quarta pista do Morro dos Cavalos e não precisamos mais fazer nenhuma mobilização como imaginávamos. A obra já está licitada, temos a empreiteira e logo estará pronta.

Com relação à ponte de Cabeçadas, quero dizer que o presidente do DNIT, o general, assumiu conosco o compromisso de fazer três turnos de trabalho para agilizar o andamento da obra e assim fez. Então, o nosso reconhecimento ao seu

trabalho, pois vai de vento em polpa as obras da ponte de Laguna e do Morro do Formigão. O único problema é o projeto de engenharia do túnel, porque não vamos admitir apenas a construção da quarta pista, queremos também o túnel, que é compromisso do governo federal. E vamos cobrar para que tenhamos essa obra pronta.

Temos que mostrar que o sul também tem qualidade. Ao longo do tempo nossa região perdeu muito, mas agora queremos recuperar o tempo perdido. Sempre a maior fatia ia para o lado do norte, mas agora precisamos de uma fatia maior para o lado do sul e também para a região serrana, que são regiões que precisam de mais atenção em Santa Catarina.

O Sargento Amauri Soares esteve comigo várias vezes quando fomos pedir para não roubarem o dinheiro do povo nos pedágios! E não tiraram naquele momento, mas tiveram que parar a cobrança do pedágio depois, porque estavam cobrando indevidamente. Até hoje a BR-101 não foi entregue e como é querem fazer melhorias na estrada se ela ainda nem foi entregue à sociedade, apesar de que alguns trechos já estão sendo recuperados.

Houve essa paralisação, diminuiu a tensão daquela situação e podemos dizer tranquilamente que cumprimos a nossa missão!

Agora aguardamos essa decisão da Justiça Federal, e finalmente teremos a construção da quarta pista. Não teremos mais os 30km ou 40km de fila no Morro dos Cavalos, mais ainda teremos 20km ou 30km de fila na ponte de Cabeçadas. Mas esperamos, sim, que em janeiro ou fevereiro do ano que vem essa ponte possa ser entregue à sociedade e aí, sim, o sul estará pronto!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Parabéns pela sua luta, deputado Manoel Mota.

Não há mais oradores inscritos no horário de Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra sessão ordinária, para amanhã, à hora regimental: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.